

“Eu não te quero mais”: a violência de gênero diante da inversão de poder na relação afetiva

“I don't want you anymore”: gender violence front of reversal power in affective relationship

Mirela Marin Morgante

Mestre em História Social das Relações Políticas

Universidade Federal do Espírito Santo

mirela_marin@hotmail.com

Recebido em: 12/06/2015

Aprovado em: 01/10/2015

RESUMO: O artigo se utiliza dos boletins de ocorrência registrados nos anos de 2002 a 2010, na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher de Vitória (ES), para analisar os motivos percebidos e apresentados pelas mulheres para terem sido vítimas da violência por parte de seus companheiros ou ex-companheiros. É possível visualizar a recusa por parte da mulher em continuar uma relação afetiva ou mesmo em manter uma relação sexual com o companheiro, como um motivador frequentemente apresentado pelas vítimas para o cometimento das agressões. O artigo pretende compreender a relação existente entre essa negação feminina e a violência daí decorrente, e a construção e a afirmação das identidades de gênero, vividas e percebidas enquanto relações de poder.

PALAVRAS-CHAVES: Violência de gênero, poder, identidades.

ABSTRACT: The article uses the police reports registered in the years 2002-2010, in the Police Specialized in Assistance to Women of Vitória (ES), to analyze the reasons perceived and presented by women to have been victims of violence from their partners or ex-partners. It is possible view the refusal by women to continue an affective relationship or even in keeping a sexual relationship with their partner, often presented by victims as a motivator for aggressive acts committed against them. This paper aims to understand the relation between this female denial and the ensuing violence, and the construction and affirmation of gender identities, experienced and perceived as power relations.

KEYWORDS: Gender violence, power, identities.

No ano de 1985, quando surgiu a primeira Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) do Brasil, na cidade de São Paulo, nascia também a primeira DEAM do estado do Espírito Santo. Esta ficou localizada na capital, Vitória, e era conhecida como DEAM/ES, por ser a única DEAM existente no estado. Posteriormente, foram criadas DEAMs em todo o território nacional, inclusive pelo interior do Espírito Santo. A partir daí, a DEAM da capital do

Espírito Santo, passou a ser conhecida como DEAM/Vitória.¹ Hoje o Brasil conta com um total de 368 DEAMs, dos quais 11 estão situadas no estado do Espírito Santo, espalhadas pelos municípios de Vitória (2), Serra, Vila Velha, Cariacica, Guarapari, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz, Linhares e São Mateus.²

De sua inauguração em 1985 até 2002, a DEAM/Vitória estava localizada em uma sala da Superintendência da Polícia Civil do Espírito Santo, onde as condições para executar suas atividades judiciais eram as mínimas possíveis e o acesso pelas vítimas era bastante difícil por se tratar de uma edificação antiga com condições precárias de funcionamento.³ A partir de 2003, a DEAM/Vitória apresentou uma melhoria nas condições de atendimento às mulheres vítimas de violência, quando passou a funcionar em uma sala própria, em outro endereço, próximo à Superintendência da Polícia Civil. Entretanto, este novo endereço da Delegacia não dispunha de espaço suficiente para arquivar toda a documentação relativa aos boletins de ocorrência (BOs) registrados durante o período de 1985 a dezembro de 2001, que acabaram sendo deixados “[...] aos cuidados do Arquivo Morto da Superintendência de Polícia Civil”⁴. Apesar de contactada, a Superintendência não disponibilizou o acesso ao arquivo, de forma que não se sabe ao certo se ele de fato ainda existe. Devido a esta questão, tivemos acesso somente aos boletins registrados a partir de janeiro de 2002, que foram sendo arquivados na nova dependência da DEAM/Vitória.

Assim, optamos por trabalhar com a década de 2000, mais precisamente com os boletins de ocorrência registrados do ano de 2002 ao ano de 2010, encontrados na nova dependência da DEAM/Vitória. Foi um período marcado por diversas políticas públicas, legislações e instituições de caráter nacional, estadual e municipal, destinadas ao atendimento das mulheres vítimas de violência e à tentativa de superação desta problemática de origens históricas.

Por meio de um trabalho extremamente árduo, devido à falta de estrutura física e material da DEAM/Vitória, coletamos manualmente todos os dados constantes nos BOs dos 9 anos que compreende a pesquisa realizada, ou seja, de 2002 a 2010. Confeccionamos fichas similares aos

¹ O presente artigo apresenta resultados parciais da pesquisa desenvolvida pela autora em sua Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas, na Universidade Federal do Espírito Santo, defendida em abril de 2015.

² Rede de enfrentamento à violência contra a mulher. *Secretaria de Políticas para as Mulheres*. Brasília. Captado em: https://sistema3.planalto.gov.br//spmu/atendimento/atendimento_mulher.php. Acesso em: 20 out. 2015.

³ NADER, Maria Beatriz. Mapeamento e perfil sócio-demográfico dos agressores e das mulheres que procuram a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher Vitória (ES). 2003-2005. *Fazendo Gênero*. Florianópolis, p. 1-8, ago. 2010, p. 2. Captado em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/site/anaiscomplementares#M>. Acesso em: 1 jun. 2015.

⁴ _____. Mapeamento e perfil sócio-demográfico dos agressores e das mulheres que procuram a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher Vitória (ES), p. 3.

BOs, contendo todos os campos relativos à vítima e ao agressor, além do relato da vítima e das medidas tomadas. Essas fichas foram preenchidas manualmente com base nos BOs originais no espaço físico extremamente limitado da DEAM/Vitória.

Após esta primeira etapa de coleta manual dos dados, realizamos uma segunda etapa, com a transcrição de todas as informações dos boletins de ocorrência que foram feitos manualmente, para o banco de dados do programa Microsoft Access, formulado especificamente para esse fim. Com todas as denúncias de 2002 a 2010 (12.085 BOs) transcritas para o Microsoft Access, ficou mais acessível e prático o trabalho com os BOs, facilitando a seleção e o cruzamento de dados.

Vale ressaltar que o nome, tanto da vítima quanto do agressor, assim como qualquer outra informação que permita a identificação dos envolvidos nas ocorrências, não consta nos arquivos que confeccionamos. Devido à orientação da delegada responsável pela DEAM/Vitória, não era permitida a transcrição de informações que identificasse as vítimas ou seus agressores nas fichas, ou seja, não se poderia copiar os dados de identificação das vítimas e dos agressores tais como o nome, o número do documento de identidade e do CPF, o endereço de residência e o telefone. Também convém deixar claro que os dados dos BOs não foram perfeitamente preenchidos, pois muitos espaços nos boletins de ocorrência não foram preenchidos e não contêm a informação referente ao campo. Porém, tal fato não impede o cruzamento de dados e apresentação de estatísticas, que podem dizer muito sobre as fontes, mesmo considerando as suas limitações.

Dos 12.085 casos de violência de gênero denunciados na DEAM/Vitória, selecionamos os boletins de ocorrência cujos agressores denunciados eram companheiros, maridos ou namorados das vítimas, atuais ou anteriores no momento da agressão, isto é, que tinham ou já haviam tido algum tipo de relação afetiva com a vítima. Essa escolha se deu por conta do potencial ofensivo que a violência no interior desse grupo social representa, pois “[...] tende a acontecer repetidamente e pode acabar em agressões de maior gravidade, como é o caso do homicídio de mulheres que foram inúmeras vezes ameaçadas e/ou espancadas anteriormente”⁵. Além disso, a quantidade de denúncias contra companheiros ou ex-companheiros registradas entre 2002 e 2010 chamou muito a atenção, são 7.974 casos, 66% do total de denúncias. Portanto, dado o potencial ofensivo da violência perpetrada por pessoas de estreita convivência

⁵ AGENDE – Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento. *10 anos da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher*: Convenção Belém do Pará. 3ª ed. Brasília: Agende, 2005. p. 10.

afetiva com a vítima e por sua relevância numérica, optamos por analisar especificamente esses casos.

Assim, verificamos que de um total de 7.974 boletins de ocorrência cujos agressores foram companheiros das vítimas, em 4.010 boletins (50,3%) a agressão foi exclusivamente psicológica, como ameaça, perseguição, perturbação à tranquilidade, etc, em 3.496 ocorrências (44%) houve a violência física, amiúde acompanhada da psicológica, em 237 BOs (3%) a agressão foi patrimonial, como roubo, retenção de objetos, abandono de lar, entre outros, em 10 ocorrências a agressão foi sexual e, em 221 BOs (2,8%) não constava o tipo de agressão sofrida. O baixo número de agressões do tipo sexual ocorridas nesses 9 anos se deve ao fato de que muitas vezes a violência sexual não foi caracterizada enquanto tal pelas escritas que registraram os BOs. É comum verificar relatos nos quais houve uma violência sexual, mas constar no campo “natureza da ocorrência” como uma violência física ou psicológica. Quanto ao fato de que a maior parte das denúncias foi de caráter psicológico (50,3%), deve-se considerar que a violência contra as mulheres não é um fenômeno isolado e sem repetições, é, em verdade, contínuo e cíclico, podendo-se falar em etapas distintas no ciclo da violência.⁶

Outro dado que consta nos BOs diz respeito à naturalidade da vítima e do agressor. No que se refere às vítimas, de um total de 7.974 denúncias, a maioria das mulheres nasceu na Região Metropolitana de Vitória (3.165 BOs), seguidas por aquelas que vieram de outros estados (2.054 BOs), em que se destaca o estado de Minas Gerais, além daqueles BOs em que constam que as vítimas nasceram no Espírito Santo (1.210 BOs) ou no interior do estado (1.425 BOs). Em 111 boletins de ocorrência não contém a informação sobre a naturalidade das vítimas e, em apenas 9 boletins as noticiantes são de outro país. Entre os agressores, 2.550 nasceram na Região Metropolitana de Vitória, 2.095 são naturais de outros estados, 1.574 vieram do Espírito Santo, sem haver uma precisão da cidade, 1.021 nasceram no interior do estado, 24 vieram de outros países e, em 710 casos não contém essa informação. Nota-se que há mais estrangeiros agressores do que vítimas e que é maior o número de desconhecimento da naturalidade entre os agressores. Isso ocorre pelo fato de terem sido as vítimas que forneceram as informações registradas nos boletins.⁷

⁶ ALVES, Sandra Lúcia Belo; DINIZ, Normélia Maria Freire. "Eu digo não, ela diz sim": a violência conjugal no discurso masculino. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 58, n. 4, p. 387-392, jul./ago. 2005. Captado em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0034-71672005000400002&lng=en&nrm=iso&_tlng=pt. Acesso em: 20 out. 2015. p. 388.

⁷ Existem poucos casos em que outras pessoas, que não as vítimas, foram as denunciantes. Trata-se, em grande maioria, de parentes próximos às vítimas, como por exemplo, mãe e/ou irmã.

No que tange à raça das mulheres vítimas de violência e dos agressores, os BOs apresentam dados relevantes. O campo dos boletins de ocorrência concernentes a essa informação se refere à “cor” para tratar da raça dos envolvidos nas agressões, separando-se cores parda, branca ou negra, cujas categorizações foram feitas pelas vítimas. Vê-se que a maior parte das mulheres se autodeclarou como parda (53% - 4.224 BOs), seguida por aquelas que se consideravam brancas (31,5% - 2.514 BOs), as negras (11% - 885 BOs) e em 351 BOs (4,5%) não consta essa informação. Quanto aos agressores, constam nos boletins que 46,6% (3.722 BOs) são pardos, 33% (2.634 BOs) são brancos, 16% (1.290 BOs) são negros e, em 4,2% (328 BOs) não há essa informação.

Tendo como parâmetro uma definição da raça negra que abrange pretos e pardos, o Dossiê Mulheres Negras⁸ se utiliza da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio (PNAD) para demonstrar as disparidades de gênero e raça ainda bastante presentes no Brasil no final da década de 2010. Tendo como base o Programa Brasil sem Miséria para definir a situação de pobreza da população, o Dossiê evidencia que os negros, mulheres e homens, estão entre os mais pobres do país. Contudo, mesmo dentre a população negra, são as mulheres as maiores vítimas da pobreza e da miséria.

Isso posto, trata-se aqui da violência de gênero que foi denunciada e perpetrada no interior de grupo social vulnerável em todos os sentidos, não somente em termos de renda, como também de acesso às condições básicas de existência, como saúde, educação, moradia e cultura, além da desigualdade de gênero e racial persistente na nossa cultura que implica em representações e símbolos da negritude, principalmente feminina, extremamente desvalorizados.

É evidente, contudo, que estamos abordando somente os casos em que as vítimas fizeram a denúncia da violência que vivenciaram. Cotidianamente há situações de violência contra as mulheres perpetradas por seus companheiros ou ex-companheiros, mas que acabam não sendo denunciadas devido à dificuldade da vítima em reconhecer que foi agredida, ou ainda, como afirma Heleieth Saffioti⁹, “[...] muitas vítimas de violência doméstica negam as ocorrências, já que sentem vergonha de relatá-las”. Além da vergonha que as vítimas sentem em fazer a denúncia, elas amiúde sentem medo da reação dos companheiros ou ex-companheiros ao tomarem

⁸ MARCONDES, Mariana Mazzini. *et al.* (Org.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013.

⁹ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: CORRÊA, Mariza. *Gênero e cidadania*. Campinas: Pagu, 2002. Vol. 1, p. 59-70. Captado em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.ifch.unicamp.br/pagu/files/colenc.01.a06.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015. p. 6.

conhecimento do boletim de ocorrência, ou mesmo temem pelas consequências legais e sociais da denúncia.

Assim, importou-nos até aqui realizar uma análise quantitativa que fornecesse um panorama geral dos agentes sociais em que pesa a relação afetiva, envolvidos na dinâmica da violência de gênero que foram denunciadas na DEAM/Vitória no período de 2002 a 2010. Nossa preocupação agora é em fazer uma análise qualitativa de alguns boletins de ocorrência, tendo como parâmetro um método de análise de conteúdo dos relatos que constam nos BOs, fornecidos pelas vítimas e transcritos pelas escrivãs da delegacia. Tal aspecto é importante de ser ressaltado: os relatos dados pelas vítimas foram escritos pelas escrivãs da DEAM/Vitória. Trata-se de uma narrativa eminentemente policial. As palavras das mulheres vítimas de violência passaram pelo filtro das escrivãs da delegacia, responsáveis por redigir os relatos. Não obstante, é uma transcrição policial baseada na narrativa direta das vítimas, que apresenta alto grau de homogeneidade empírica, pois eram prioritariamente escrivãs mulheres que redigiam os relatos nos BOs. Caso houvesse a participação efetiva de homens na escrita da narrativa dada pelas vítimas, é possível que houvesse grandes discrepâncias contextuais entre os relatos constantes nos BOs. Mas eram exclusivamente mulheres que redigiam os depoimentos das vítimas e foi possível visualizar certa coerência interna nos textos. Portanto, os relatos se mostraram fontes ricas de análise, uma vez que contribuem para uma visão mais qualitativa dos BOs registrados na DEAM/Vitória.

Uma leitura das mensagens contidas nos relatos dos BOs

Nesse sentido, partimos para uma análise de conteúdo dos BOs, com o fim de realizar um desvendar crítico, conforme explica Laurence Bardin¹⁰. Para esta, a análise de conteúdo consiste em diversos mecanismos metodológicos que estão em permanente melhora e podem ser utilizados para analisar diferentes tipos discursivos. Além disso, a análise de conteúdo se concentra nas mensagens, nas comunicações realizadas e não tão somente nos documentos. Isso, procurando analisar criticamente as mensagens para desvendar realidades que não estejam explícitas nelas.

Por meio de categorizações, uma das opções da análise de conteúdo¹¹, objetivamos entender as razões mais comuns apresentadas pelas mulheres vítimas de violência para que seus

¹⁰ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2007.

¹¹ _____. *Análise de conteúdo*.

companheiros ou ex-companheiros tenham cometido o ato de agressão psicológica, física, patrimonial ou sexual contra a sua pessoa. Tal procedimento foi realizado de maneira bastante particular e qualitativa, dada a impossibilidade de retirar indicadores precisos dos relatos, pois muitos deles apresentavam várias razões concomitantemente, além da necessidade de ler as mensagens nas entrelinhas para a análise crítica. Por isso, os relatos foram sendo lidos e certos aspectos foram chamando a atenção, de maneira que foram realizadas categorizações. Mas não foi possível indicar a quantidade precisa de cada uma das categorizações feitas e tampouco objetivamos tanto. Preocupamo-nos em adentrar qualitativamente naqueles relatos que nos pareceram mais demonstrativos do que os outros frequentemente mencionavam.

Assim, de maneira geral, dentre os motivos apresentados pelas vítimas, para aqueles que tinham ou já tiveram uma relação afetiva com elas no momento da agressão terem cometido a violência, notamos haver três razões principais: o sentimento de posse e domínio que os agressores acreditavam ter sobre as vítimas, o questionamento por parte delas acerca do trabalho e da virilidade sexual masculina, e o fato das vítimas não quererem mais manter a relação afetiva e sexual com o companheiro ou ex-companheiro. São aspectos relacionados à normalização das identidades de gênero em conformidade aos imperativos da sociedade de dominação masculina, que parece ser o denominador comum desses três motivos principais percebidos nos relatos constantes nas denúncias. Particularmente, debruçamo-nos neste artigo nos relatos cujas motivações analisadas se relacionam com a questão da negação da mulher em manter um relacionamento afetivo ou sexual com o agressor.

Isso, tendo como base a perspectiva de gênero, que engloba os processos de construção das identidades masculinas e femininas, e também tendo em vista as dinâmicas da dominação masculina produtora de *habitus*. Segundo Joan Scott¹², gênero é a organização social da diferença sexual. Tendo como base as diferenças sexuais, o gênero constituiu-se por meio de relações sociais, que são, por seu turno, relações de poder. A autora acrescenta aos elementos complexos que compõem a organização social e constroem o feminino e o masculino, o saber. Ela fala do saber enquanto a interpretação de determinada sociedade e cultura acerca das relações entre os sexos. Para Joan Scott¹³, “tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo. Ele é produzido de maneira complexa no interior de epistemes que têm, elas próprias, uma história autônoma (ou quase)”. Nessa perspectiva, como a categoria gênero representa um conjunto de

¹² SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Trad. Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. 35 p.

¹³ _____. Prefácio a *gender and politics of history*. *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 11-27, 1994. p. 12.

normas construído pela sociedade e pela cultura, que modelam os comportamentos, os símbolos e os papéis sociais das mulheres e dos homens, pode-se falar em violência de gênero e não tão somente em violência contra a mulher, apontado para o fato de que as vítimas foram agredidas pelo fato de serem mulheres, ou seja, é uma questão de gênero.

Gênero pode ser considerado uma categoria relacional, as identidades femininas e masculinas são construídas uma em relação à outra, em uma dinâmica de identificação e diferenciação pautada em oposições binárias. Segundo Sócrates Nolasco¹⁴, a sociedade e a cultura forjam distinções entre as mulheres e os homens de maneira que os sujeitos sociais são continuamente impelidos a buscar sua identificação de gênero, construída como essência dualista. Nesse sentido, não somente as mulheres sofrem a imposição de uma identidade ideal feminina, como também os homens sofrem a exigência de se adaptarem ao seu papel social de gênero, de provedor, ativo, viril, racional e agressivo. O autor explica que a masculinidade é um modelo de gênero com o qual os homens se sentem constantemente na necessidade de corresponder, mesmo sabendo que nunca se adaptarão totalmente a essa normalização de gênero que exige deles a virilidade sexual, o trabalho remunerado, o provimento familiar, a posse e o domínio sobre as mulheres.

Conforme Pierre Bourdieu¹⁵, a divisão sexual tal como foi construída por nossa cultura de dominação masculina atua tanto nos corpos, como nos *habitus* incorporados nas mulheres e nos homens, agindo na forma de “[...] esquemas de percepção, de pensamento e de ação”. Os homens se situam no exterior, no oficial, na esfera pública, no campo do direito, se associam ao seco, ao alto, à descontinuidade. São responsáveis pelas ações ligeiras, arriscadas e sensacionais, atos que “[...] marcam rupturas no curso ordinário da vida”¹⁶. Às mulheres, cabem-lhes as posições opostas às masculinas, devem se situar na esfera privada e escondida, realizando trabalhos domésticos, cuidando das crianças e dos animais, responsável pelos trabalhos mais sujos, monótonos e humildes. Elas ficam no lado “[...] do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo [...]”¹⁷.

Nesse sentido, na sociedade de dominação masculina que persiste no novo milênio, a produção das identidades de gênero se dá de maneira complexa e entrecruzada, atuando nos corpos e nos *habitus* femininos e masculinos. A força da normalização de gênero encontra

¹⁴ NOLASCO, Sócrates. *O mito da masculinidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. 187 p.

¹⁵ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 9ª ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 17.

¹⁶ _____. *A dominação masculina*, p.41.

¹⁷ _____. *A dominação masculina*, p.41.

respaldo cognitivo e simbólico por meio das oposições binárias, que marcam divisões simbólicas dualistas nos quais se pautam as dinâmicas de identificação.¹⁸ Ou seja, cotidianamente as mulheres e os homens constroem sua identidade se utilizando do processo de diferenciação e estabelecendo dualismos sexistas enquanto essências, cristalizadas e imutáveis.

Conforme Tomaz Tadeu da Silva¹⁹, na dinâmica da identidade de gênero o apelo à essência biológica é evidente, na medida em que a dominação masculina se utiliza da justificativa biológica para se legitimar. Assim, as diferenças biológicas percebidas entre os sexos se transformam em diferenças sociais, psicológicas e comportamentais. Tais diferenças têm a força de um paradigma que se impõe aos sujeitos sociais, de forma que a adequação à identidade e ao papel social de gênero é imperativa e a inadequação é punitiva, seja por ele mesmo, pelos indivíduos que o rodeiam, ou pela sociedade como um todo.

Nesse sentido, os BOs registrados na DEAM/Vitória entre 2002 e 2010, demonstram como pode se processar a articulação do sujeito com a posição-de-sujeito que os símbolos e representações da sociedade patriarcal impõem. A identidade masculina, forjada para ser dominadora, racional, apática e viril, tem a força de um discurso, de representações e símbolos que procuram fazer com que os homens se adéquem a ela. Mas os sujeitos podem ou não investir nessas posições identitárias. Segundo Stuart Hall²⁰, para a confluência do sujeito às práticas de significação é necessário que haja além da “interpelação” do sujeito pelo discurso, o investimento por parte do sujeito naquela posição, em uma dinâmica de articulação.

Assim, analisaremos alguns dos BOs em que notamos que o fato das vítimas não quererem mais manter a relação afetiva ou sexual com o companheiro ou ex-companheiro foi amiúde relatado como um motivador para as agressões. Serão sobre esses casos que o presente artigo se debruçará. A negação feminina apresentou-se para seus agressores, como um ultraje, uma radical subversão da hierarquia de poder, um questionamento ao poder masculino soberano. Como explica Heleieth Saffioti²¹, a questão da negação feminina pode representar para o homem uma inversão da hierarquia de poder na esfera doméstica, o que se relaciona à normalização das identidades de gênero, que coloca o homem como a autoridade máxima da família, cujo poder não pode ser questionado ou ameaçado.

¹⁸ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: ___. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 73-102.

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. *Identidade e diferença*.

²⁰ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10 ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 103-133.

²¹ SAFFIOTTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

Eu não te quero: inversão da hierarquia de poder

Na realidade do cotidiano, as mulheres como são idealizadas pelo padrão identitário masculino – como submissas, passivas e mulheres-objetos –, rapidamente mostram que elas não existem plenamente.²² Assim como a identidade masculina nunca é totalmente vivida pelos homens, a feminina também não o é. Elas desejam, reclamam, disputam poder e domínio com os homens, amiúde não aceitam os papéis sociais de gênero que a sociedade masculina impõe à identidade feminina. Elas contestam as investidas masculinas, recusando-se à satisfazer os apelos sexuais dos homens e desejando terminar com a relação afetiva. Entretanto, como nos BOs aqui selecionados, nem sempre os companheiros permitem essa contestação, apelando para a violência como forma de garantir seus “direitos sexuais”²³. É o caso dos BOs registrados na DEAM/Vitória entre 2002 e 2010 que serão analisados.

No BO registrado em setembro de 2003, a vítima de 27 anos, branca, solteira e instrumentadora, denunciou seu ex-namorado de 37 anos, pardo e mecânico. Ele é pai de seu filho de 2 anos e vai à casa da vítima para ver a criança. Nesse momento, o autor tentava manter relações sexuais com a vítima e, diante da recusa dela, ele a agredia. Essa situação se repetiu inúmeras vezes, ele queria a volta do relacionamento afetivo de ambos.

Já no BO registrado em dezembro de 2004, a vítima de 21 anos, parda, solteira e estudante, denunciou o companheiro de 26 anos, negro, solteiro e vendedor, que residia com ela. Ela convivia com o autor da agressão há 2 anos e ele era muito violento. Certo dia, eles discutiram, pois a vítima viu o autor beijando um travesti. Ele propôs para ela que praticassem relações sexuais com outro casal, porém ela se negou. O companheiro então se tornou agressivo e lhe desferiu socos, além de tê-la ameaçado.

Visualizando estes e os outros BOs destes 9 anos que compreende a pesquisa, notamos o quanto o marido/companheiro/namorado ou ex-marido/ex-companheiro/ex-namorado ficam enraivecidos diante da recusa da mulher em manter uma relação sexual com ele. O BO logo acima demonstra bem isso. Ele ficou furioso por ela não aceitar fazer parte dos caprichos sexuais dele. A agressão é uma forma de demonstrar poder e, se ele foi impedido de demonstrar esse

²² ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: MACHADO, Charlton José dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NUNES, Maria Lúcia da Silva (orgs.). *Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares*. Campina Grande: EDUEPB, 2010. p. 21-34.

²³ SAFFIOTI. *Gênero, patriarado, violência*.

poder sexualmente, ele pôde demonstrá-lo por meio da violência. Vejamos mais os BOs em que isso fica evidente.

No BO registrado em abril de 2005, a vítima de 28 anos, parda, casada e pesquisadora, denunciou o marido de 30 anos, pardo, encarregado, que mora com ela. Eles eram casados há 11 anos e possuem 1 filho de 9 anos. A vítima já havia sido agredida anteriormente. Segundo seu relato, o autor passava noites fora de casa e quando chegava pela manhã queria se relacionar sexualmente com a esposa. Como ela se negava, o autor a agredia, a ofendia e acabava obrigando-a a se relacionar com ele, utilizando a força física. Em outro dia o fato se repetiu, ele chegou em casa e queria ter relações sexuais, mas a noticiante se recusou. Diante da negação dela, o autor a arranhou e amordaçou sua boca, ela se debateu tanto que dessa vez ele não conseguiu efetivar a relação sexual.

Analisando o conteúdo dessa mensagem, vemos mais um caso em que o companheiro procura a todo custo efetivar a relação sexual com a companheira. Na perspectiva das identidades de gênero, podemos interpretar a mensagem como produto de relações de gênero assimétricas em que mulheres e homens tem papéis sociais bem definidos. Destacamos o sentimento de poder do agressor acima citado, na medida em que acreditava que a companheira devia cumprir com o seu papel social, satisfazendo a sexualidade masculina no matrimônio, utilizando-se da violência para fazer valer seu “direito sexual”, como define Heleieth Saffioti²⁴. Ora, vemos nele um caso em que houve uma confluência do sujeito à posição-de-sujeito forjada pelos padrões de identidade de gênero da sociedade de dominação masculina. Padrões estes extremamente diferenciados para as mulheres e para os homens, em que “elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordados, apaziguadores. Os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem”²⁵.

No BO registrado em dezembro de 2008, a vítima de 29 anos, parda, solteira e auxiliar de serviços gerais, denunciou seu companheiro de 47 anos, pardo, casado e ajudante de motorista, com ensino fundamental incompleto, que morava com ela. Eles conviviam há 15 anos e tem 3 filhos. O autor sempre foi agressivo e, naqueles tempos, obrigava a companheira a manter relações sexuais com ele. Certo dia, chegou em casa embriagado e forçou a vítima a se relacionar sexualmente com ele na frente da filha de cinco anos. Também a agrediu com palavras de baixo calão.

²⁴ SAFFIOTI. *Gênero, patriarcado, violência*.

²⁵ _____. *Gênero, patriarcado, violência*, p. 35.

No BO, registrado no dia 08/06/2009, a vítima de 35 anos, natural de Afonso Cláudio (ES), braça, casada, professora, com ensino superior incompleto, residente do bairro Barro Vermelho (Vitória/ES), denunciou o marido de 36 anos, natural de Colatina (ES), branco, casado, advogado, com ensino superior completo, que residia com ela. Eles eram casados há 17 anos e têm uma filha de 16 anos. Há 3 anos de registro da denúncia, aproximadamente, eles não viviam mais como um casal, ele dormia na sala e ela no quarto. A noticiante pediu a separação ao marido diversas vezes, mas ele não aceitava. Segundo ela, quando o autor fica nervoso, bate as portas dos guarda-roupas, faz escândalos, lhe dá empurrões e a ameaça. Certo dia, ela estava deitada na cama e foi surpreendida pelo autor. Ele entrou no quarto sem fazer barulho e deitou em cima dela. Tentou beijá-la e acariciou seu corpo. Ela pedia que ele parasse, mas ele continuava, dizendo “você tem que me perdoar, eu gosto de você, já que você não quer ficar comigo você vai ter que me beijar e transar a força”. Ele apertou o pescoço da vítima e ela gritou por socorro. Ele então parou e a ameaçou. Poucos minutos depois, o autor ficou sentado em frente ao quarto da noticiante, com uma faca. Em seguida, foi para a sala e dormiu.

Os BOs acima evidenciam em que medida a honra, a virilidade e a posição dominante que os homens acreditam deverem prezar se materializaram no desempenho sexual, no controle sobre as mulheres e na violência. Uma agressividade que muitas vezes serve de alerta para suas companheiras, serve para demonstrar o que pode acontecer quando elas não cumprem com seu papel social de gênero, de obediência e servidão sexual ao marido. Isso ficou evidente no caso em que o agressor fez questão de estuprar a companheira na frente da filha de 5 anos, como também ficou bastante evidente o alerta dado pelo marido à esposa no caso em que ele disse: “você tem que me perdoar, eu gosto de você, já que você não quer ficar comigo você vai ter que me beijar e transar a força”. Foi uma clara ameaça à esposa, de que ela deve cumprir com a “função” dela.

O apego às identidades de gênero, produzidas tendo como parâmetro uma essência biológica, faz com que o homem procure sempre estar de acordo com a sua identidade e defina, a partir daí, “[...] o modo de ser marido e mulher na relação conjugal, numa perspectiva assimétrica e hierarquizada [...]”²⁶. Portador desse ideal de conduta de gênero, o homem pratica e justifica a violência contra a mulher quando esta não se adéqua ao seu papel social de gênero. Assim, diante da inadequação da mulher ao seu papel social de esposa obediente e servil, os agressores praticaram a violência sexual, física e psicológica contra as suas companheiras.

²⁶ ALVES.; DINIZ. *"Eu digo não, ela diz sim"*. Captado em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672005000400002&script=sci_arttext. Acesso em: 10 jun. 2015, p. 387.

Segundo Paulo Roberto Ceccarelli²⁷, o sistema binário de gênero repete de forma ilimitada o que são características femininas e o que são características tipicamente masculinas, com as funções sociais correspondentes. O autor acrescenta que a masculinidade deve sempre ser provada pelos homens, é continuamente construída por eles, de maneira que, “não é por acaso que tantos tabus, proibições e expedientes são necessários para salvaguardar a masculinidade do perigo de contaminação pela feminilidade”²⁸. Os homens procuram se afastar de tudo o que remeta à identidade feminina. Tendo em vista que a identidade de gênero é relacional, o homem só se constitui enquanto tal pela negação da feminilidade, isto é, afirmando-se em sua identidade masculina por meio da agressividade, da frieza e da atuação sexual. Caso a mulher apresente um desvio à norma, ele se sente legitimado a se utilizar da violência para colocar-lhe em “seu lugar”.

É tamanho o sentimento de poder hegemônico que o homem pode sentir em uma relação amorosa que ele não admite o fato da mulher não querer mais manter o relacionamento afetivo com ele. Os BOs registrados na DEAM/Vitória de 2002 a 2010 mostram como o companheiro frequentemente fica indignado com a separação. Os BOs aqui analisados são elucidativos dessa situação.

No BO registrado em abril de 2002, a vítima de 34 anos, parda, solteira e auxiliar de enfermagem, denunciou seu amásio de 34 anos, branco e vendedor. Eles conviviam há 15 anos. Há 8 meses do registro da denúncia, ela saiu de casa devido às constantes agressões do autor. Ele, contudo, não aceitava a separação e fazia ameaças. Certo dia, ele foi inclusive até o local de trabalho da vítima, e, quando ela estava saindo fez novas ameaças e a agrediu.

No BO registrado em janeiro de 2007, a vítima de 40 anos, branca, solteira e vendedora, denunciou seu ex-amásio de 35 anos, pardo, vigilante. Eles também conviviam há 15 anos. Devido às frequentes agressões e embriaguez do autor, ela terminou o relacionamento. Entretanto, ele não aceitava o rompimento e a ameaçava, perseguia e a perturbava constantemente. Como no relato acima, ele a ameaçava inclusive no trabalho dela, colocando a vítima em uma situação constrangedora.

Os dois últimos casos relatados têm muita semelhança. As vítimas se separaram dos agressores justamente pela agressividade deles e eles importunavam-nas em seus locais de trabalho, como uma forma de prejudicá-las naquilo que era importante para ela: a autonomia financeira. Mesmo eles sendo agressivos, e a separação ter tido um motivo bastante evidente para

²⁷ CECCARELLI, Paulo Roberto. A construção da masculinidade. In *Percurso*, São Paulo, v. 19, n. 10-11, p. 1-7, mai./jun. 1998. Captado em: http://ceccarelli.psc.br/pt/?page_id=262. Acesso em 24 mai. 2015.

²⁸ _____. *A construção da masculinidade*, p. 7.

ter acontecido, eles não se conformavam com a possibilidade delas terem condições pessoais de se separarem deles. E o alvo, era não somente atingir ela e seu corpo, mas aquilo que representava a autonomia feminina, o trabalho.

Para Heleieth Saffioti²⁹, em uma relação amorosa, o homem – acostumado a ser considerado o “todo-poderoso” – não se conforma em a mulher querer abandoná-lo para ficar com outro, ou mesmo devido aos constantes maus-tratos por parte dele. “Qualquer que seja a razão do rompimento da relação, quando a iniciativa é da mulher, isto constitui uma afronta para ele. Na condição de macho dominador, não pode admitir tal ocorrência, podendo chegar a extremos de crueldade”.³⁰ Isto é, o que ele não pode admitir é essa liberdade feminina, essa autonomia para decidir com quem ficar. Com as atitudes agressivas constituindo uma parte significativa de sua identidade, os homens estão legitimados a se utilizar da violência para fazer valer o *status quo*, e a sociedade de dominação masculina legitima esse tipo de ação.

No BO registrado em dezembro de 2008, a vítima de 30 anos, negra, divorciada e supervisora, denunciou seu ex-amásio de 30 anos, negro, divorciado e vigilante. Eles conviveram por 3 anos e não tiveram filhos. Quando estavam juntos, o autor a ameaçava dizendo que se ela o deixasse, ele não permitiria que ela fosse feliz ao lado de mais ninguém. Certo dia, ele apertou o pescoço da vítima e ela decidiu terminar a relação. Ele ficou inconformado e passou a perseguir e a perturbar a ex-companheira. Foi ao seu trabalho, insistindo em reatar o relacionamento e avisou que iria matá-la. A noticiante concluiu dizendo que está com medo de perder o emprego.

No BO registrado em junho de 2009, a vítima de 26 anos, parda, solteira e do lar, denunciou o ex-companheiro de 24 anos, branco, solteiro e soldador. Eles conviveram por 6 anos e têm dois filhos, um de 3 anos e o outro de 2 anos. O ex-companheiro já agredira fisicamente a noticiante diversas vezes. Há 6 meses do registro do BO, ela terminou a relação. Porém, ele não aceitava. No dia 04/12/2008, a vítima e o autor foram conduzidos à DEAM/Vitória por policiais militares e o autor foi autuado em flagrante, por ameaça, vias de fato e violação de domicílio. Ele pagou a fiança arbitrada e passou a responder em liberdade. O autor continuou perturbando a ex-companheira, com ameaças em que ele dizia: “se você não for minha, não será de mais ninguém” e “se eu te ver com alguém, vou te matar”. Certo dia ele telefonou insistentemente para a vítima dizendo que ela havia o traído, fez ameaças de morte e

²⁹ SAFFIOTI. *Gênero, patriarcado, violência*, p. 151.

³⁰ _____. *Gênero, patriarcado, violência*, p. 62.

disse que invadiria sua casa. Afirmou ainda que estava armado e mataria todos que estivessem pela frente.

Nestes dois relatos percebe-se o sentimento de posse desses homens em relação às suas ex-companheiras. A grande preocupação deles era a possibilidade da ex-companheira se relacionar com outro homem e ser mais feliz, em um evidente questionamento e uma negação dessas mulheres com relação à conduta dos agressores. E, assim como observou Heleieth Saffioti³¹ acerca da não aceitação por parte do homem do rompimento da relação amorosa pela mulher, que significa uma subversão da hierarquia de poder, também Durval Muniz de Albuquerque Júnior³² considera que o homem se sente ressentido e desorientado quando a mulher o interroga, o nega, o abandona e o desrespeita. Sem saber como lidar com essa mulher carregada de emoções, de sentimentos e de vontades, frequentemente o homem não encontra outra alternativa, “[...] a não ser em eliminar este outro, em matar a mulher como forma de se afirmar macho, preocupado que está com sua perda de status, com o que vão dizer os outros homens, que são os seus juízes, a quem deve sempre satisfação”³³.

Nos casos citados acima, eles não eliminaram essas mulheres questionadoras, que buscavam a felicidade fora das algemas do matrimônio com um homem agressivo e dominador, mas as agrediram, as ameaçaram, procuraram reafirmar seu poder para elas, para si mesmo e para a sociedade como um todo. Mesmo com o auxílio da legislação e da DEAM/Vitória, o último relato demonstrou que nem isso foi capaz de frear a sede de poder e de domínio, o ímpeto agressivo decorrente dessa inversão da hierarquia de poder que o término por parte da mulher representa para o homem.

Considerações finais

Assim, conforme os relatos, os homens que praticaram a violência física, psicológica, patrimonial ou sexual contra suas companheiras ou ex-companheiras, demonstraram a necessidade que tinham em reafirmar seu poder hegemônico na esfera conjugal, em uma dinâmica de confluência do sujeito à identidade de gênero normativa. O fato de não aceitarem a negação feminina, não aceitarem que elas possam querer a felicidade ao lado de outros homens, não aceitarem a limitação que elas impuseram ao exercício sexual masculino, indica o quanto eles estavam apegados aos papéis sociais e à identidade de gênero. Isto porque, ser homem no mundo

³¹ SAFFIOTI. *Gênero, patriarcado, violência*. 151 p.

³² ALBUQUERQUE JÚNIOR. *Máquina de fazer machos*.

³³ _____. *Máquina de fazer machos*, p.30.

de dominação masculina vigente, é ser ativo sexualmente, é ser controlador e dominador, é deter a razão e o poder. Enquanto ser mulher é aceitar as investidas sexuais do marido, é ser submissa e paciente, é não questionar. E, na medida em que esses agressores que foram denunciados na DEAM/Vitória procuraram atuar em conformidade com sua identidade de gênero e não aceitaram a subversão da identidade feminina das suas companheiras, significa que ainda há muito para ser pensado no que diz respeito à normatização das identidades de gênero e o apego dos sujeitos sociais à ela.